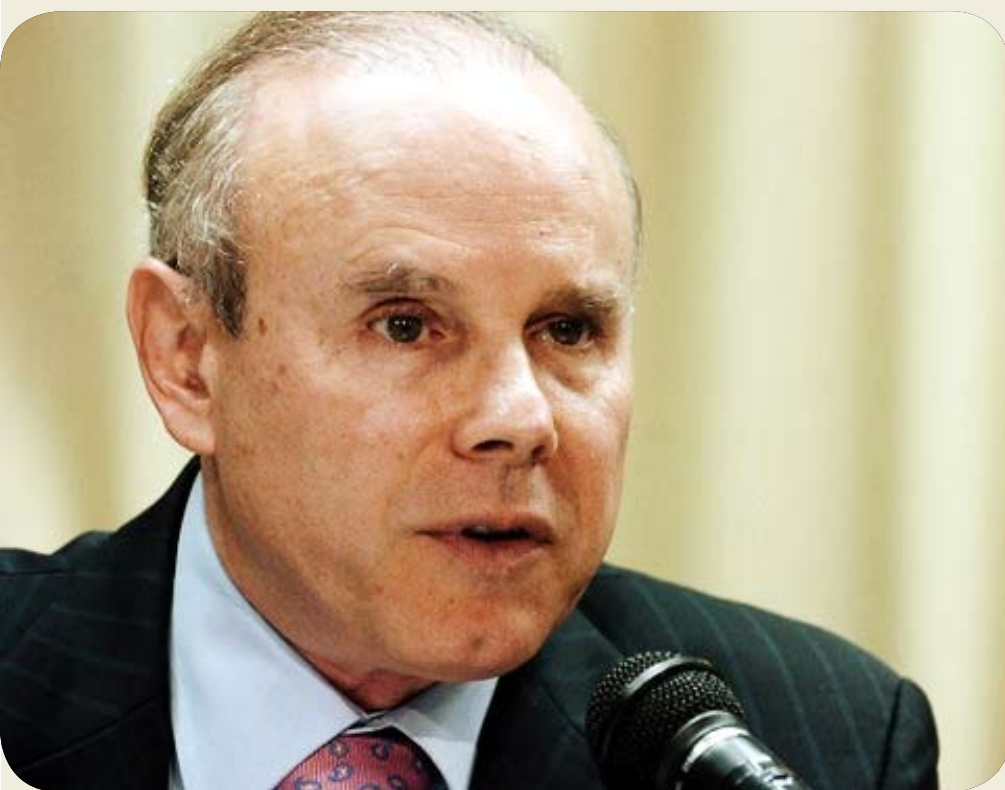




## *O Brasil se preparou para enfrentar a crise mundial*



*O Brasil foi um dos últimos países* atingidos pela maior crise do capitalismo nos últimos 80 anos. E será um dos primeiros a saírem dela. Em meio às previsões de recessão mundial, a economia brasileira continuará a crescer em 2009. O ciclo de desenvolvimento sustentado não será interrompido. De 1998 a 2003, o PIB cresceu uma média de 1,6%. Em função da adoção de um novo modelo de desenvolvimento pelo governo brasileiro, essa média de crescimento subiu para 4,7% de 2004 a 2008, encerrando o ano passado em 5,1%. Em 2009, mesmo em ritmo menor, o País continuará a crescer. E, em 2010, deverá retornar ao patamar

dos últimos anos.

Neste início de 2009, o Brasil subiu de quarto para segundo lugar no ranking de atratividade para aplicações em 12 meses, perdendo somente para China.

Por que o Brasil está em melhores condições para resolver a crise? Porque se preparou e criou as condições de enfrentá-la. O País constituiu um mercado interno que estimula o investimento e dá um horizonte de longo prazo aos empresários, menos dependente das turbulências do mercado internacional. O País esteve em 2008 entre os que mais aumentaram suas exportações, chegando a US\$ 197,9 bilhões. Mas as exportações

representam apenas 13% do seu PIB, em contraste com 40% a 60% do PIB de outros grandes países exportadores.

Uma política econômica ousada que criou milhões de empregos, combinada com uma forte política social de transferência de renda, gerou um círculo virtuoso de crescimento. Em 2003, a classe média representava 42,4% da população. Em 2008, passou a representar 52,3% ou 90 milhões de consumidores.

A solidez fiscal marca a atual política econômica. Em 2008, o País atingiu o grau de investimento, e o equilíbrio das contas públicas não se alterou com o impacto da crise internacional. No primeiro bimestre de 2009, o Brasil continuou a registrar superávit primário. A dívida líquida do setor público caiu 52,4% do PIB em 2003 para 36% em 2008, e a inflação está sob controle.

Em 2007, portanto antes de a crise vir à tona, o governo lançou um ambicioso plano de desenvolvimento, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimentos de R\$ 503,9 bilhões até 2010, na melhoria e ampliação da infra-estrutura. No início de 2009, foi reforçado em R\$ 142,1 bilhões.

Outra decisão do governo brasileiro e que serviu de escudo para o enfrentamento da crise foi o ritmo acelerado de acumulação de reservas a partir de meados de 2006. Em abril de 2009, chegaram a US\$ 202 bilhões.

Ao contrário do que ocorreu em outras crises internacionais, o Brasil enfrenta a atual na condição

de credor externo líquido. O País anunciou, no início de abril de 2009, que aceitou o convite para participar do grupo de credores do FMI. Foram disponibilizados até US\$ 4,5 bilhões para reforçar o caixa do FMI com o objetivo de emprestar recursos aos países que necessitem de socorro.

Outro fator que contribuiu para o País enfrentar a crise é a solidez do seu setor bancário, regulamentado de forma sofisticada. A existência de fortes bancos públicos, administrados com excelência, mostrou-se fundamental para o enfretamento da crise, promovendo a redução de juros e oferta de crédito, que tinha sido limitada pelo setor bancário privado.

Em função de sua solidez, o Brasil pode adotar desde o final do ano passado

diversas medidas anticíclicas. O País reduziu seus juros básicos, flexibilizou a política monetária e adotou medidas fiscais de desoneração e ampliação do investimento público. Entre as principais ações adotadas no início de 2009 estão: a redução do compulsório bancário, a alteração das alíquotas de imposto de renda, a redução do IPI para veículos e do IOF para operações de crédito e o aporte adicional de R\$ 100 bilhões para o BNDES.

No final de março o governo anunciou o programa “Minha Casa, Minha Vida”, um plano habitacional voltado para a população de baixa renda e para a classe média, com investimento de R\$ 60 bilhões, previsão de criação de 3,5 milhões de empregos, segundo a Caixa Econômica Federal, e construção

de 1 milhão de moradias, o que deverá acrescentar perto de 2% ao PIB no período de sua implantação.

O Brasil, portanto, tem um modelo de desenvolvimento que diminuiu as desigualdades e fortaleceu seu mercado interno e enfrenta a atual crise internacional de forma soberana, com crescente contribuição e participação nos fóruns internacionais, como o do G-20, adotou medidas anticíclicas e continuará adotando as que forem necessárias para manter o ciclo de crescimento sustentado que atingiu.

*Guido Mantega*

*Ministro de Estado da Fazenda*

*Fonte: revista Brasil Economia Sustentável – Uma publicação do Ministério da Fazenda – abril de 2009 – nº 4*

## **Voz do cidadão**

Na enquete realizada no Portal da Ouvidoria do Ministério da Fazenda - <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br> - no mês de julho de 2009 perguntamos para o cidadão se ele já tinha conhecimento dos benefícios da Lei do Microempreendedor Individual – MEI. Como resultado obtivemos que a maioria, 92%, não tem conhecimento sobre a nova legislação.

O Empreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um empreendedor individual, é necessário faturar, no máximo, até R\$ 36.000,00 por ano, não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e ter um emprego contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal, possa se tornar um Empreendedor Individual legalizado.

Entre as vantagens oferecidas por

essa lei, está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilitará a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Além disso, o Empreendedor Individual será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos impostos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL).

Pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 52,15 (comércio ou indústria) ou R\$ 56,15 (prestação de serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo.

Com essas contribuições, o Empreendedor Individual terá acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

A formalização do Empreendedor Individual deverá ser feita pela Internet no endereço [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), de forma gratuita.

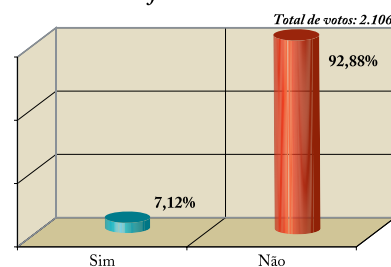
Após o cadastramento, o CNPJ e o número de inscrição na Junta

Comercial são obtidos imediatamente, gerando um documento que deve ser impresso, assinado e encaminhado à Junta Comercial acompanhado de cópia da Identidade e do CPF.

O Empreendedor Individual também poderá fazer a sua formalização com a ajuda de empresas de contabilidade que são optantes pelo Simples Nacional e estão espalhadas pelo Brasil. Essas empresas irão realizar a formalização e a declaração anual sem cobrar nada no primeiro ano.

Mais informações no Portal do Empreendedor: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>

*No dia 01 de julho/2009  
passou a vigorar a Lei do MEI  
(Microempreendedor Individual).  
Você já tem conhecimentos sobre  
os benefícios dessa nova Lei?*





O Programa BNB de Cultura foi criado pelo Banco do Nordeste em 2005, com o objetivo de democratizar o acesso aos recursos disponíveis para financiamento de ações culturais, desenvolvidas em benefício da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, sua área de atuação. Durante suas cinco edições foram patrocinados 873 projetos, beneficiando diretamente 437 municípios.

O Programa BNB de Cultura vem priorizando a cultura do Nordeste e a do norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, considerando que estão inseridas na cultura brasileira e universal. De acordo com as políticas do Governo Federal para a cultura, o programa está focado na facilitação do acesso da comunidade aos bens culturais, na formação de novas platéias e de cidadãos críticos e conscientes, na ampliação e na democratização das oportunidades de criação, circulação e fruição dos bens culturais, bem como na promoção e proteção da diversidade das expressões culturais.

## Edição 2010 PROGRAMA BNB DE CULTURA Parceria BNDES

O Programa foi estruturado tendo como base quatro princípios básicos: interesse da região, uma vez que o Banco do Nordeste é o principal órgão do Governo Federal para o desenvolvimento do Nordeste; acesso democrático a todos que fazem parte da cadeia produtiva da cultura, com igualdade de possibilidades; transparência do processo de seleção, oferecendo a todos as informações acerca dos critérios de seleção e da metodologia de análise; e finalmente, acompanhamento que permita o cumprimento dos objetivos de cada ação e do programa como um todo.

Foram essas características, bem como os resultados obtidos, que promoveram a aproximação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), hoje copatrocinador do Programa.

Desde 1995 o BNDES utiliza recursos não-reembolsáveis para apoiar projetos culturais, prioritariamente em investimentos na preservação do patrimônio histórico nacional e na produção audiovisual. Hoje, pela regularidade e pelo montante de recursos já investido, o BNDES é o maior investidor do país no

segmento de Patrimônio Histórico e o segundo maior no de Audiovisual.

A participação no Programa BNB de Cultura atende à diretriz adotada pelo BNDES de promover a descentralização territorial da oferta de bens culturais, aproveitando a maior capilaridade do Programa no apoio a projetos culturais no Nordeste e demais áreas de atuação do BNB.

Essa parceria contribuirá, sobremaneira, para a ampliação dessa possibilidade de concretização de ações pensadas pelos protagonistas da cultura, situados nos mais diversos municípios da área de atuação do BNB, principalmente naqueles menos providos de atividades culturais.

Consolidando essa parceria, o BNB e o BNDES abrem o Edital do PROGRAMA BNB DE CULTURA – Edição 2010 – Parceria BNDES, patrocinando conjuntamente e com recursos próprios, projetos nas áreas de Música, Literatura, Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual e Área de Artes Integradas ou Não Específicas, alocando o valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Fonte: [http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Eventos/Programa\\_BNBCultura\\_2010/gerados/apresentacao.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Eventos/Programa_BNBCultura_2010/gerados/apresentacao.asp)

## Bancos já podem receber pedidos de financiamento para bens de capital com redução de juros

Os agentes financeiros do BNDES já estão habilitados a receber pedidos de financiamento para bens de capital com forte redução nos juros.

O custo das linhas BNDES Finame, BNDES Finame Leasing, BNDES Finame Agrícola, BNDES Automático e BNDES Exim Pré-embarque foi reduzido para 4,5%

ao ano para a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. No caso de ônibus e caminhões, a taxa é de 7% ao ano. As cartas circulares detalhando as condições aos agentes financeiros já foram emitidas pelo BNDES, e também foram publicadas as resoluções correspondentes do Conselho Monetário Nacional.

As taxas de 4,5% e 7% repre-

sentam o custo final a ser pago pelo tomador, o que significa um forte estímulo à realização de investimentos. As condições são válidas até 31 de dezembro de 2009, e mais detalhes podem ser obtidos no sítio do Banco.

Fonte: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt)

## Sistema Ouvidor II – A partir deste mês iremos publicar nesta coluna as atualizações e alterações realizadas no Sistema Ouvidor II.

Importante esclarecer que a Ouvidoria do Ministério da Fazenda é composta por uma rede interna de ouvidorias hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidoria-Geral.

A rede interna tem atuação nas 26 unidades da Federação, entre superintendências, delegacias, alfândegas, inspetorias e gerências regionais. Ressalte-se que a referida rede é o ponto principal de atuação do serviço de ouvidoria do MF e sem ela não seria possível atender as demandas nos patamares atualmente alcançados.

Para tanto, todos os ouvidores que compõem essa rede utilizam um sistema denominado Sistema Ouvidor II. Esse visa acolher e dar

tratamento adequado às solicitações, reclamações, sugestões, denúncias e/ou elogios, além de geração de relatórios e acompanhamento automatizado das demandas.

**Status de mensagem Solicitada Informação** – No mês de julho foram alteradas as mensagens com o status “Solicitada Informação”. A partir de agora o Ouvidor pode solicitar mais dados para o cidadão que enviou a mensagem sem, contudo, respondê-la. A mensagem mudará seu status para “Solicitada Informação” até que o cidadão a complemente com os dados solicitados. Após esta etapa o status mudará para “Solicitação Respondida”. Com os dados complementados pelo cidadão o Ouvidor poderá responder a mensagem ou enviá-la para o setor competente.

Nº	Nome	Status	Ouvidoria	Orgão	Dt. Cadastro
256492	CREUDICI DE OLIVEIRA NASCIMENTO	Solicitada Informação	Ouvidoria da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campos dos Goytacazes	RFB	23/03/2009
273584	Anônimo	Solicitada Informação	Divisão de Fiscalização - 3ª RF	RFB	15/05/2009
284185	Denúncia	Solicitada Informação	Divisão de Fiscalização - 1ª RF	RFB	01/07/2009
286446	Antônio Bezerra da Silva	Solicitada Informação	Ouvidoria da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal	RFB	13/07/2009
291571	Eduardo Furtado de Azevedo	Solicitada Informação	Ouvidoria da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal	RFB	31/07/2009 10/08/2009

### Últimas

#### Encontro de Ouvidores da 7ª Região Fiscal

Será realizado durante os dias 24 e 25 de agosto o I Encontro de Ouvidores da 7ª Região Fiscal. A Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda irá participar com o tema “A Importância do Trabalho da Ouvidoria

– Visão Geral”. Também está prevista a participação da Ouvidoria da RFB.

Serão discutidas, dentre outros temas, dúvidas sobre a utilização do sistema e emissão de relatórios gerenciais, além da definição de respostas padrão para as reclamações mais frequentes.

## EXPEDIENTE

Julho de 2009  
Copyright © 2007 by Ministério da Fazenda

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

#### Ouvidoria-Geral

#### Ouvidor-Geral:

Carlos Augusto Moreira Araújo

#### Assessoria:

Adriana Martins Ximenes  
Manoel Matias da Silva Rocha

#### Suporte:

Simone Rigueti Bandeira  
Caroline Dias Trombeta  
Viviane Maria da Silva

#### Atendente:

Cintiane de Araújo Moreira  
Denise Gonçalves Guimarães

#### Jornalista:

Simone Rigueti Bandeira  
MTb Nº DF 02526 JP

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
OUVIDORIA-GERAL  
SAS Quadra 6 – Bloco “O” – 7º Andar  
CEP 70070-917  
Brasília – Distrito Federal – Brasil  
Fones: 55-61- 3412-5728/5727  
Fax: 3412-5726  
Atendimento telefônico: 0800 702 1111  
<http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br>

## Ouvidoria em números

ÓRGÃO	Acumulado Jun/02 a Jul/09	
	Quantidade	%
SECEX	75.076	26,1
RFB	184.176	64,1
STN	3.432	1,1
SEAE	205	0,0
SAIN	81	0,0
SPE	902	0,3
PGFN	12.094	4,2
SPOA	6.537	2,2
ESAF	2.584	0,9
Outros	2.056	0,7
<b>Total</b>	<b>287.143</b>	<b>100,0</b>

Observação:

• “Sistema Ouvidor I”, de 12.06.2002 a 30.06.2005, totalizaram 68.407 ocorrências válidas;